

## E QUANDO ELAS SE FAZEM OUVIR: ENUNCIÇÕES DE MULHERES FEMINISTAS E NEGRAS SOBRE UM CAMPO CIENTÍFICO INJUSTO

AND WHEN THEY MAKE THEMSELVES HEARD: ENUNCIATION OF FEMINIST AND BLACK WOMEN ABOUT AN UNFAIR SCIENTIFIC FIELD

Y CUANDO SE HACEN ESCUCHAR: ENUNCIACIÓN DE MUJERES FEMINISTAS Y NEGRAS SOBRE UN CAMPO CIENTÍFICO INJUSTO

Tayane Rogéria Lino<sup>1</sup>

<sup>1</sup>UCentro Universitário Una, Belo Horizonte/MG, Brasil

**RESUMO:** O presente trabalho busca investigar a fala/silêncio de mulheres feministas e negras na produção científica, tendo como objetivo estabelecer uma discussão em torno do complexo debate acerca do *lócus* enunciativo do sujeito subalterno na vida social contemporânea, principalmente, no campo científico. Quando essas mulheres supracitadas se tornam acadêmicas, professoras universitárias e pesquisadoras, elas continuam sendo reconhecidas como subalternas? O que as tornam ou não subalternas? No caminho para algumas respostas e no desenvolvimento de novas perguntas, foram analisados os textos "Intelectuais Negras" de bell hooks e "Falando em línguas: uma carta para as mulheres escritoras do Terceiro Mundo" de Gloria Anzaldúa. Esse campo teórico apresentou-se como uma importante contribuição tanto para o campo científico quanto para este trabalho, pois traz o "outro" para a cena, o não falante, o silenciado, o que sempre ocupou o lugar de sujeito na ciência e, poucas vezes, o de sujeito da ciência.

**PALAVRAS-CHAVE:** Mulheres, Ciência, Subalternidade, Feminismo, Raça.

**ABSTRACT:** The present work seeks to investigate the speech/silence of feminist and black women in scientific production, aiming to establish a discussion around the complex debate about the enunciative locus of the subordinate subject in contemporary social life, mainly in the scientific field. When these aforementioned women become academics, university professors and researchers, do they continue to be recognized as subordinates? What makes them subaltern or not? On the way to some answers and the development of new questions, the texts "Black Intellectuals" by bell hooks and "Speaking in Tongues: A Letter to Third World Women Writers" by Gloria Anzaldúa were analyzed. This theoretical field presented itself as an important contribution both to the scientific field and to this work, as it brings the "other" to the scene, the non-speaker, the silenced, which has always occupied the place of subject in science and, few sometimes, the subject of science.

**KEYWORDS:** Ethnic socialization; Intervention; Racism; School

### INTRODUÇÃO

O presente artigo busca investigar a fala/silêncio de mulheres de cor na produção científica, tendo como objetivo estabelecer uma discussão em torno do complexo debate acerca do *lócus* enunciativo do sujeito subalterno na vida social contemporânea, principalmente, no campo científico. Escolheu-se falar com maior ênfase de mulheres negras, mestiças, lésbicas, latino-americanas e de origem popular por serem, na modernidade, rapidamente e repetidamente, nomeadas como subalternas. Quando essas mulheres supracitadas se tornam acadêmicas, professoras universitárias e pesquisadoras, elas continuam sendo reconhecidas como subalternas? O que as tornam ou não subalternas? Quem é subalterno? Quem nomeia quem de subalterno? Qual a relação entre subalternidade e produção científica?

No caminho para algumas respostas e no desenvolvimento de novas perguntas, foram analisados os textos "Intelectuais Negras" de bell hooks e "Falando em línguas: uma carta para as mulheres escritoras do Terceiro Mundo" de Gloria Anzaldúa. Ambos traduzidos para o português e publicados na Revista *Estudos Feministas*, em 2000 e 1995, respectivamente. Foram tomadas como

foco deste trabalho as contribuições de Gayatri Spivak (2010) no texto "Pode o subalterno falar?", onde a autora afirma que os subalternos são aqueles que não participam, ou participam de modo muito limitado, sendo sujeitos mudos pelo imperialismo cultural e pela violência epistemológica.

Tendo como aporte teórico as teorias feministas, questionou-se sobre estes novos sujeitos da produção científica. Esse campo teórico apresentou-se como uma importante contribuição tanto para o campo científico quanto para este trabalho, pois traz o "outro" para a cena, o não falante, o silenciado, o que sempre ocupou o lugar de sujeito na ciência e, poucas vezes, o de sujeito da ciência.

Como bem enuncia Spivak (2010) os que eram considerados sujeitos em todas as esferas públicas sempre foram os falantes, os que não estão emudecidos. Tantas outras autoras vão dizer que o falante foi, historicamente, o homem. Na ciência, isso não é diferente. Silenciadas, muitas mulheres, precisaram ou construir outras racionalidades para ousarem ocupar estes espaços designados aos falantes ou falar a língua do outro (BHABHA, 2005). Destas as mulheres negras e pobres ocupam, durante parte considerável do tempo, posições subalternas (SPIVAK, 2010). Outras características que podem resultar na subalternização do sujeito, certamente, poderiam ser acrescidas à negritude e à pobreza para complexificar o olhar sobre os produtores da e na ciência: lésbicas, latino-americanas, transexuais, orientais e etc.

Mesmo diante deste contexto que complexifica o olhar sobre as mulheres, alguns vão dizer que parece antiquado falar em subalternidade feminina na ciência, haja vista o número de mulheres que tem ocupado espaços como universidades, reitorias e prateleiras inteiras de grandes livrarias. O que constata que as hierarquias científicas que tem originado a inferiorização de uns em detrimento a valorização de outros como tem sido expressivamente abordado pelo pensamento feminista a partir de duras críticas ao modelo científico hegemônico. As feministas questionam uma racionalidade machista a qual estava submetida à ciência e denunciam o "ethos" masculinista na ciência. Assim, as críticas feministas, como abordado no capítulo anterior, versam em torno da naturalização da ciência como um lugar de homens, da suposta neutralidade científica, da presença da objetividade e universalidade atribuída ao saber científico. Foi neste complexo universo que me propus a pensar algumas produções de bell hooks e Gloria Anzaldúa.

O reconhecimento da ciência como um campo injusto em que "batalhas" por legitimidade e reconhecimento se estabelecem. Neste, as mulheres, principalmente as que se encontram fora do centro – negras, latinas, lésbicas, do sul, terceiro-mundistas, entre outras – foram construídas e produzidas como subalternas e inferiores. Essa realidade implicou e implica numa ausência dessas mulheres na produção de verdades sobre a sociedade ou no não reconhecimento das verdades, por elas produzidas, como legítimas cientificamente. Em combate a esta máxima, as teóricas feministas propuseram uma outra proposta epistemológica baseada na tríade – reflexividade, posicionamento e criticidade. É esta tríade que guia meu diálogo com bell hooks e Gloria Anzaldúa.

As autoras caminham ao lado de uma ciência que denuncia as desigualdades sociais, que se revê e se interpela constantemente, se recusando a ouvir somente a língua do "colonizador", do

outro. Para esse caminhar junto cada uma o fazem a sua maneira. Ambas vão dizer da importância da experiência para a produção de um conhecimento socialmente engajado e relevante.

## QUESTIONANDO A CATEGORIA MULHER: UMA REFLEXÃO SOBRE O SUJEITO UNIVERSAL

As discussões acerca do campo científico e a reivindicação ao reino da palavra por hooks e Anzaldúa trazem o questionamento sobre quem pode ser o sujeito do conhecimento. Mais especificamente questionam sobre a "criação" da mulher como categoria social excluída do reconhecimento de sujeito da produção científica. Hooks explicita que a ciência está ancorada em um sistema patriarcal, de supremacia masculina, onde a "vida da mente" (HOOKS, 1995, p.468) não cabe às mulheres. Nesses termos, o espaço científico é apresentado como um lugar da ausência (HOOKS, 1995), uma esfera do público negada às mulheres.

O efeito desta afirmativa é o reforço da separação entre o público e o privado. Sendo que às mulheres caberia o lugar do doméstico, do silêncio, fora dos espaços de poder e saber. Aos homens restariam decidir sob a vida feminina e produzir conhecimento científico relevante. As mulheres associadas à natureza e os homens à racionalidade mantêm e reforçam hiatos entre quem pode ser sujeito do conhecimento e quem deve ser objeto do conhecimento. Aos homens, caberia representar as mulheres, e para as mulheres sobrar o *lócus* subalterno (SPIVAK, 2010), estabelecendo-se uma relação entre dominador e dominado.

Nesta perspectiva, ser homem ou ser mulher resulta em uma apropriação de significados materializados no corpo, através da incorporação de experiências sociais, históricas, linguísticas e, portanto, culturais e políticas. Os corpos masculinos e femininos são resultado da produção cultural e histórica.

A socialização sexista inicial que ensina as negras, e na verdade à maioria das mulheres, que o trabalho mental tem de ser sempre secundário aos afazeres domésticos, ao cuidado dos filhos, ou a um monte de outras atividades servis, tornou difícil para elas fazer do trabalho intelectual uma prioridade essencial, mesmo quando suas circunstâncias sociais ofereciam de fato recompensas por essa atividade (HOOKS, 1995, p.471)

Nesse sentido, a mulher é uma categoria discursiva, imersa em significados, sendo produto e efeito do poder e do saber (NICHOLSON, 2000). É importante reforçar que o que está em jogo é a construção social do corpo e suas resultantes no direito ou não de fala pública.

Hooks (1995) denuncia a vivência de lesões morais no seu trabalho intelectual, até então tidas como individual e privada, que passam a ser interpretadas como típicas de um grupo inteiro, podendo se tornar luta coletiva por reconhecimento (HONNETH, 2003).

(...) o sexismo e o racismo, atuando juntos, perpetuam uma presença uma iconografia de representação da negra que imprime na consciência cultural coletiva a ideia de que ela está neste planeta principalmente para servir aos outros. (HOOKS, 1995, p.468)

A interdição das mulheres a uma das faces da vida pública é uma estratégia de manutenção da representação do lugar de serva destinada às mulheres negras. Nestes termos "mais do que qualquer grupo de mulheres nesta sociedade, as negras têm sido consideradas "só corpo sem mente"" (HOOKS, 1995, p. 469). O efeito do poder que a manutenção do mito da mulher negra como apenas um corpo sem mente é o silêncio. A construção do imaginário social da mulher negra como sujeito submetido a outrem perpetua lugares sociais subalternos e a não legitimação do conhecimento produzido por ela no campo científico, político e social. Sendo assim:

É o conceito ocidental sexista/racista de quem e o quê é um intelectual que elimina a possibilidade de nos lembrarmos de negras como representativas de uma vocação intelectual. Na verdade, dentro do patriarcado capitalista com supremacia branca, toda a cultura atua para negar às mulheres a oportunidade de seguir uma vida da mente, torna o domínio intelectual um lugar 'interdito' (HOOKS, 1995, p.468).

Nesse contexto, parte-se da afirmativa, em concordância com Nelly Oudshoorn (2000), de que não há *a priori* uma verdade natural ou biológica sobre o corpo, ele é significado na cultura. Assim, um corpo é sempre um corpo carregado de sentido, dito de outro modo, o corpo se torna feminino através da mediação da linguagem.

É sabido que o processo de "fabricação" de sujeitos é contínuo. Aprender a ser homem e aprender a ser mulher são lições que fazem parte do cotidiano dos sujeitos desde o nascimento, seja por processos, por estratégias e/ou por práticas culturais variadas. Distintas instituições legislam sobre os corpos, produzindo discursos, dentre estes, a ciência. Em resposta à construção da mulher de cor como um sujeito fora do campo da escrita, Anzaldúa afirma que se tornou parte do corpo docente para desnaturalizar concepções sobre a capacidade reflexiva destas mulheres:

As escolas que frequentamos, ou não frequentamos, não nos ensinaram a escrever, nem nos deram a certeza de que estávamos corretas em usar nossa linguagem marcada pela classe e pela etnia. Eu, por exemplo, me tornei conhecedora e especialista em inglês, para irritar, para desafiar os professores arrogantes e racistas que pensavam que todas as crianças chicanas eram estúpidas e sujas. E o espanhol não era ensinado na escola elementar. E o espanhol não foi exigido na escola secundária. E mesmo que agora escreva poemas em espanhol, como em inglês, me sinto roubada de minha língua nativa. (ANZALDÚA, 2000, p.230)

A ciência produz discursos sobre o corpo, ao mesmo tempo em que as expressam, e/ou significam e re-significam as representações sobre a mulher (NICHOLSON, 2000; LAQUEUR, 2001; BUTLER, 2003). Foucault (1997) chama a atenção para o interesse sobre o corpo, apontando que o desejo sobre a compreensão do corpo ocorre desde a época clássica, sendo um objeto alvo de poder, mostrando também que "em qualquer sociedade, o corpo está preso no interior de poderes muito apertados, que lhe impõem limitações, proibições ou obrigações" (FOUCAULT, 2004, p. 126). O corpo, nesta interpretação, é reiterado como uma superfície em que se inscrevem acontecimentos biológicos, sociais e culturais, e não como algo dado a priori, como se ele fosse dotado de essências biológica, histórica ou transcendental (FOUCAULT, 2005).

Essa compreensão do corpo se distancia de uma matriz biológica dada, fixa e perpétua e se aproxima da definição do corpo numa interpretação social que se dá na cultura mediante relações de poder (LAQUEUR, 2001). São as relações entre homens e mulheres, mulheres e mulheres,

homens e homens que instituem uma verdade sobre o corpo. No mesmo caminho, foram construídas as verdades sobre o corpo negro, lésbico, latino-americano, oriental, sendo que a articulação entre estas verdades produziram sujeitos falantes e sujeitos emudecidos.

O homem branco diz: Talvez se rasparem o moreno de suas faces. Talvez se branquearem seus ossos. Parem de falar em línguas, parem de escrever com a mão esquerda. Não cultivem suas peles coloridas, nem suas línguas de fogo se quiserem prosperar em um mundo destro. (ANZALDÚA, 2000, p.230)

Quijano (2002) afirma que um dos eixos fundamentais do atual padrão de poder mundial é a classificação social da população de acordo com a ideia de raça que, ainda segundo ele, seria uma construção mental que expressa à experiência básica da dominação colonial. Desse modo, a codificação da diferença entre colonizadores e colonizados na ideia de raça pode ser entendida a partir de uma suposta distinção biológica que garantiria alguns em uma situação natural de inferioridade em relação aos outros (outras). Desse modo, a raça foi umas ferramentas para a classificação social da população.

Quem nos deu permissão para praticar o ato de escrever? Por que escrever parece tão artificial para mim? Eu faço qualquer coisa para adiar este ato — esvazio o lixo, atendo o telefone. Uma voz é recorrente em mim: Quem sou eu, uma pobre chicanita do fim do mundo, para pensar que poderia escrever? Como foi que me atrevi a tornar-me escritora enquanto me agachava nas plantações de tomate, curvando-me sob o sol escaldante, entorpecida numa letargia animal pelo calor, mãos inchadas e calejadas, inadequadas para segurar a pena? (ANZALDÚA, 2000, p.230)

Nestes termos, subsidiada pela noção de campo científico como um campo de "batalhas" por legitimidade científica em que alguns sujeitos entram em desvantagem e munida pelas discussões apresentadas pelas feministas negras, pós-coloniais, latinas, do oriente, lésbicas, pós-estruturalistas, proponho pensar a mulher como uma categoria múltipla construída e significada socialmente.

Anzaldúa e hooks têm visibilizado a importância da compreensão da categoria "mulher" como não-homogênea, transcultural e trans-histórica, indo muito além da nomeação destas "outras" mulheres como "mulheres de verdade" e chegando à politização da relação entre mulheres e suas consequências nas dinâmicas de poder (CLÍMACO, 2009). Vale ressaltar que as mulheres investigadas constituíram em seus textos uma performatividade de gênero direcionada a seus ouvintes enquanto sujeitos generificados. Assim, nos termos propostos por Butler (2003):

(...) se alguém é uma mulher, isso certamente não é tudo que esse alguém é; o termo não logra ser exaustivo, não porque os traços predefinidos de gênero da "pessoa" transcendam a parafernália específica de seu gênero, mas porque o gênero nem sempre se constituiu de maneira coerente ou consistente nos diferentes contextos históricos, e porque o gênero estabelece interseções com modalidades raciais, classistas, étnicas, sexuais e regionais de identidades discursivamente constituídas. Resulta que se tornou impossível separar a noção de gênero das interseções políticas e culturais em que invariavelmente ela é produzida e mantida. (BUTLER, 2003, p.20)

As teóricas têm tratado da construção das relações assimétricas baseando-se na associação entre negritude e feminilidade em textos políticos, literários e acadêmicos. Ao investigar

a criação de estereótipos do corpo feminino negro, Collins (1991) afirma a existência de diferenças contextuais inerentes às significações do corpo feminino negro e às do corpo feminino branco, assim como o corpo das mulheres afro-americanas, das moçambicanas, entre outros. A ideia da diferença nos corpos de mulheres negras e brancas explicita que há consequências sociais, culturais e políticas que se baseiam na cor da pele.

Desde a escravidão até hoje, o corpo da negra tem sido visto pelos ocidentais como símbolo quintessencial de uma presença feminina 'natural', orgânica, mais próxima da natureza, animalística e primitiva. (HOOKS, 1995, p.468)

Se o corpo feminino negro está determinado por sua vida interna e visceral, guiados por órgãos reprodutivos e hormônios, entendimento constante na história da biologia, da medicina (ROHDENS, 2008), as mulheres de pele escura vivenciam processos de "coisificação" de seu corpo, o que as retira do campo do pensamento e as aproxima do primitivo e irracional (COLLINS, 1991). As negras são tidas como mais sexualizadas e influenciadas pela natureza. Nesta perspectiva, a impossibilidade de uma fala que resulte em escuta de outras destas mulheres é o resultado de um sistema de sanções e de censuras específicas ligadas à representação do corpo feminino negro a partir de uma voraz e incontrolável natureza primitiva.

Como é difícil para nós pensar que podemos escolher tornar-nos escritoras, muito mais sentir e acreditar que podemos! O que temos para contribuir, para dar? Nossas próprias expectativas nos condicionam. Não nos dizem a nossa classe, a nossa cultura e também o homem branco, que escrever não é para mulheres como nós? (ANZALDÚA, 2000, p. 230)

A interpretação social do corpo que foi transformada em materialidade biológica deste é contestada tanto por Collins (1991) quanto por Rohden (2008), que direcionam as discussões para os mecanismos que fazem com que as características biológicas atuem a serviço de uma justificativa para desigualdades e posicionamentos na esfera pública. Os significados culturais, sociais, científicos e históricos atribuídos às características biológicas produzem os sujeitos, oferecem reconhecimento e os distinguem socialmente (SILVA, 2012).

Evidenciar a busca de uma desnaturalização e uma desessencialização do ser mulher visa à pluralidade da categoria "mulher". Nestes termos hooks afirma que "vistos como 'símbolo sexual', os corpos femininos negros são postos numa categoria, em termos culturais, tida como bastante distante da vida da mente" (1995, p.469). As mulheres são, de muitas formas, etnias, classes, orientações sexuais, religiões, identidades, tempos e culturas distintas, e estas diferenças resultam em diferentes formas de se produzir ciência. Em outras palavras, durante toda a sua formação como sujeitos sociais, os sujeitos serão constituídos diferentemente não somente do gênero, mas também da classe, da raça e da etnia (REIS, 2003). "Mais do que qualquer grupo de mulheres nesta sociedade, as negras têm sido consideradas 'só corpo sem mente'". (HOOKS, 1995, p. 469)

Tomaz Tadeu da Silva (2000) ao discorrer sobre a representação social, afirma que esta não é um reflexo de uma realidade anterior, ela é nomeada e significada no discurso.

A insistência cultural em que as negras sejam encaradas como 'empregadas domésticas', independentemente de nosso status de trabalho ou carreira, assim como a aceitação passiva desses papéis pelas negras, talvez sejam o maior fator a impedir que mais negras escolham tornar-se intelectuais. O trabalho intelectual, mesmo quando julgado socialmente relevante, não é visto como 'trabalho abnegado'. Na verdade, um dos estereótipos culturais do intelectual é o de alguém em geral egocentricamente preocupado com as próprias ideias. Mesmo nas áreas onde se respeita mais o trabalho intelectual, ele é mais visto na maioria das vezes como um trabalho que resulta da concentração e envolvimento em si mesmo. (HOOKS, 1995, p.470)

A partir desta afirmativa, a representação é uma constante produção de sentidos que são imersos em relações de poder (SILVA, 2000). Neste contexto, a representação da mulher como parte da vida doméstica e do negro como portador de resistência física em detrimento a capacidade intelectual afasta as mulheres negras da representação de um/uma cientista. Enquanto isso, a representação do cientista como o homem e branco, veiculada no contexto social, produz efeitos na constituição dos sujeitos, delimitando e ensinando quem pode produzir ciência. Em outros termos, o modo como falamos das coisas as constitui, ou seja, o modo como representamos a cultura científica produz os sujeitos da ciência (SILVA, 2012).

Nesta direção os preconceitos e representações acerca das mulheres e do negro dificultaram o acesso destas ao conhecimento, o que corrobora para uma produção científica masculina e branca.

(...) eu sabia a importância de ser 'inteligente', mas não 'inteligente demais'. Ser demasiado inteligente era sinônimo de intelectualidade, e isso era motivo de preocupação, sobretudo se se tratasse de uma mulher. (HOOKS, 1995, p.465)

Levando em conta tais entendimentos, Anzaldúa ao discorrer sobre os efeitos da construção destes imaginários, busca responder porque alguns e, mais especificamente, as mulheres de cor devem se manter em silêncio na ciência:

Porque desequilibramos e muitas vezes rompemos as confortáveis imagens estereotipadas que os brancos têm de nós: A negra doméstica, a pesada ama de leite com uma dúzia de crianças sugando seus seios, a chinesa de olhos puxados e mão hábil — 'Elas sabem como tratar um homem na cama' (ANZALDÚA, 2000, p.230)

No mesmo caminho, hooks aponta que as professoras negras que exercem o trabalho intelectual, um pensamento crítico, põem em risco a estrutura hierárquica vigente, "ameaça o *status quo*" (p.468) e possibilita a construção de estratégias de transformação social da realidade.

Assim, a relação entre sujeitos não podem ser tomadas como algo dado naturalmente. Devem se interpretar na história de modo que se possa visibilizar como as instituições agem no sentido de manter um estado de coisas (BOURDIEU, 2002). Nestes termos, o que na história é tido como natural e eterno são "verdades" eternizadas e naturalizadas por diversas instâncias sociais, incluindo-se aí o conhecimento científico.

(...) o sexismo e o racismo, atuando juntos, perpetuam uma presença uma iconografia de representação da negra que imprime na consciência cultural coletiva a ideia de que ela esta neste planeta principalmente para servir as outras. (HOOKS, p.468)

Hooks afirma que para algumas mulheres a esfera científica é ainda mais distante, já que a intelectualidade é racializada e genericada. No mesmo caminho, encontro as reflexões de Anzaldúa (2000) que apontam como o escrever é difícil especialmente para mulheres de cor, lésbicas, terceiro-mundistas. Mulheres que em toda a existência foram colocadas em outro lugar que não o da escrita e, conseqüentemente, o da ciência, da literatura, da história. Nas palavras de Anzaldúa (2000), a mulher de cor iniciante no processo de escrita:

(...) é invisível no mundo dominante dos homens brancos e no mundo feminista das mulheres brancas, apesar de que, neste último, isto esteja gradualmente mudando. A lésbica de cor não é somente invisível, ela não existe (ANZALDÚA, 2000, p.229).

Hooks aponta para a hierarquização do saber científico de acordo com que o produz. Nesta pirâmide as mulheres negras estão no último estrato, depois dos homens brancos, das mulheres brancas e dos homens negros. Hooks e Anzaldúa apontam que as mulheres de cor tem resistido e lutado pelo direito ao exercício reflexivo crítico, a escrita e a intelectualidade.

Dentro da hierarquia de sexo/raça/classe dos Estados Unidos, as negras sempre estiveram no nível mais baixo. O status inferior nesta cultura é reservado aos julgados incapazes de mobilidade social por serem vistos em termos sexistas, racistas e classistas, como deficientes, incompetentes e inferiores (HOOKS, 1995, p.469)

Outro elemento que contesta a ideia de sujeito universal é o sentimento de isolamento vivido por intelectuais negras no espaço acadêmico e no âmbito do desejo da escrita. A não nomeação do sujeito do conhecimento resulta na invisibilização de que há grupos que têm seu conhecimento reconhecido enquanto sujeitos pertencentes a grupos não legítimos para a construção de verdades, vivenciando a solidão intelectual.

É improvável que tenhamos amigos nos postos da alta literatura. A mulher de cor iniciante é invisível no mundo dominante dos homens brancos e no mundo feminista das mulheres brancas, apesar de que, neste último, isto esteja gradualmente mudando. A lésbica de cor não é somente invisível, ela não existe. Nosso discurso também não é ouvido. Nós falamos em línguas, como os proscritos e os loucos. (ANZALDÚA, 2000, p.229)

As intelectuais negras trabalhando em faculdades e universidades enfrentam um mundo que os de fora poderiam imaginar que acolheria nossa presença, mas que na maioria das vezes encara nossa intelectualidade como 'suspeita'. (HOOKS, 1995, p.468)

Hooks e Anzaldúa apresentam a ausência de colegas intelectuais e escritores, mas outro mecanismo também opera de forma a invisibilizar e impossibilitar a participação das mulheres de cor na ciência, o esquecimento genericado:

Apesar do testemunho histórico de que as negras sempre desempenharam um papel importante como professoras, pensadoras críticas e teóricas culturais na vida negra, em particular nas comunidades negras segregadas muito pouco se escreve sobre intelectuais negras. Quando a maioria dos negros pensa em 'grande mentes', quase sempre invoca imagens masculinas pensando os mecanismos. (HOOKS, 1995, p.466-467)

Hooks discorre sobre uma pergunta que tradicionalmente faz aos seus alunos e alunas, a saber, quais intelectuais negros vêm à cabeça de cada um e, após a constatação de que os

poucos que são resgatados da memória de seus alunos/as são homens, constata-se também que as mulheres ficam sempre no lado mais distante da lembrança. Hooks afirma que "a subordinação sexista na vida intelectual negra continua a obscurecer e desvalorizar a obra das intelectuais negras. Por isso é tão difícil aos alunos nos citar" (1995, p.467).

Por fim, o último ponto abordado por hooks e Anzaldúa que me levou a pensar sobre quem pode ser o sujeito do conhecimento da ciência foi a necessidade de conciliação das tarefas domésticas e o ato da escrita. Esta é uma questão recorrente nos estudos sobre mulheres e ciência. Em nome de uma suposta dinamicidade científica, as mulheres são consideradas menos aptas à produção científica, já que, cabem a elas os trabalhos do âmbito doméstico e científico, o que resulta em menos tempo para a produção intelectual. Assim sendo o que resta às mulheres é aquilo que se afasta da racionalidade e, neste cenário, a subalternidade destas é constituída a partir do não acesso à racionalidade e, conseqüentemente, da expropriação da vida científica, já que esse é um valor da ciência por excelência. Nos termos propostos, a "vida" para além da escrita é interdita:

Entre as pensadoras negras que trabalham como acadêmicas, muitas com quem falei achavam que seu anseio por dedicar tempo e energia ao trabalho intelectual não podia ser plenamente satisfeito, porque se viam eternamente fazendo malabarismos com múltiplas exigências. Queixando-se com toda razão de que lhes faltava tempo para seguir o trabalho intelectual livre e plenamente, também manifestavam receio de que um empenho demasiado apaixonado em metas intelectuais as isolasse de uma atividade relacional significativa. (HOOKS, 1994, p. 471)

Em resposta à suposta impossibilidade de as mulheres se dedicarem à escrita, Anzaldúa aponta todo o espaço como espaço de escrita, o recado é: 'escreva em condições desfavoráveis, em condições favoráveis, escreva, escreva':

Esqueça o quarto só para si — escreva na cozinha, tranque-se no banheiro. Escreva no ônibus ou na fila da previdência social, no trabalho ou durante as refeições, entre o dormir e o acordar. Eu escrevo sentada no vaso. Não se demore na máquina de escrever, exceto se você for saudável ou tiver um patrocinador — você pode mesmo nem possuir uma máquina de escrever. Enquanto lava o chão, ou as roupas, escute as palavras ecoando em seu corpo. Quando estiver deprimida, brava, machucada, quando for possuída por compaixão e amor. Quando não tiver outra saída senão escrever. (ANZALDÚA, 2000, p.232)

Vale ressaltar que não se trata de um discurso de vitimização das mulheres, principalmente, das mulheres negras, mas de um discurso de materialização das desigualdades a que essas mulheres estão submetidas. O caminho proposto pelas autoras leva em consideração os contextos e as relações de poder que constituem a experiência das mulheres no campo social, especialmente a ciência. Assim, as desigualdades não são naturais, muito menos são resultado de uma essência feminina de passividade ou propensão ao campo do privado, muito menos são inerentes às diferenças sexuais e/ou biológicas entre corpos de homens e de mulheres, mas tem como fim o desenvolvimento de habilidades diferentes e fixas, mas, sim, são desigualdades discursivamente construídas e passíveis de mudança. Estas só podem acontecer a partir do momento em que reconhecermos o caráter político da ciência e sua contribuição, atualizando e reiterando normas de gênero e lugares de subalternidade. A busca por reconhecimento científico é uma luta por

legitimidade na construção de verdades sobre a sociedade. É uma luta por equivalência social (MOUFFE, 1998).

Ao longo de todo o seu texto, hooks apresenta os imaginários criados em torno da categoria "mulher", se atentando à mulher negra. Mas ela vai além de uma mera descrição, pontua quais são seus efeitos de poder. Para ela um dos efeitos mais eficientes para o afastamento das mulheres da ciência é o da alegação de que a intelectualidade é muito difícil para as mulheres, ou seja, que esta não é uma função social coerente com uma prática feminina. A autora assinala que, além de defender a própria humanidade, tem a habilidade e capacidade de raciocinar logicamente, pensar e escrever de modo lúcido:

(...) para as negras também tem de lutar contra aqueles estereótipos racistas/sexistas que o tempo todo levam outros (e até nós mesmas) a questionar se somos ou não competentes, se somos capazes de excelência intelectual. Para as acadêmicas e/ou intelectuais negras, o estilo de escrever pode evocar questões de aliança política. Usar um estilo que possa nos fazer conquistar aceitação acadêmica e reconhecimento pode depois alienar-nos de um público leitor negro mais amplo. Mais uma vez enfrentamos, de maneira diferente, problemas de isolamento e envolvimento com a comunidade. A opção por escrever num estilo tradicional acadêmico pode levar ao isolamento. E mesmo que escrevamos pelas linhas do estilo acadêmico aceito, não há nenhuma garantia de que vão repetir nosso trabalho. (HOOKS, 1995, p.472)

As autoras denunciam que estão em uma posição subalternizada na ciência hegemônica moderna em relação a homens e mulheres brancas e que a saída deste lugar está na produção de uma contra-hegemonia científica, baseada na experiência em que suas vozes deixassem de ser ausentes e pudessem se autorrepresentarem. Esta é a importância do conceito de experiência, ela possibilita uma fala corporificada, uma fala a partir do seu grupo, da significação de sua experiência, possibilitando uma autorrepresentação.

Se as feministas brancas questionavam o sujeito universal da ciência, as feministas negras questionam o sujeito universal da ciência em interseção com a universalidade da categoria "mulher" e o sujeito do feminismo. O exercício reflexivo que a desconfia em relação às universalidades possibilita a interrupção de exclusões históricas, violência epistemológica e de preconceitos. Implica na desestabilização dos pressupostos do campo social e do campo científico. Além de instaurar a existência de diferentes vozes e teorias que significam a sociedade.

Nos termos propostos, o intuito da apresentação da mulher como pertencente ao *locus* subalterno é o desvelamento da suposta natureza feminina que justificaria este *status* e a explicitação de que o sujeito do conhecimento busca reinterpretar o lugar da mulher nos discursos da ciência e em outras instâncias sociais, visibilizando as relações desiguais entre os gêneros (HARDING, 1987). O modelo científico hegemônico moderno se alicerça em pressupostos que desautorizam as mulheres a terem acesso à ciência como sujeitos de conhecimento, já que elas são tomadas, sistematicamente, como objeto deste conhecimento, inclusive com perspectivas patologizantes sobre seus comportamentos, subjetividades, reificando sua "natural" relação com o cuidado, a natureza, a irracionalidade.

Ao contrário de outros autores, o sujeito, neste trabalho, não é pensado enquanto algo pronto, encerrado em si mesmo, estanque. É, justamente, o seu oposto, pensamos em um sujeito

processual, inacabado, histórico, consciente que se constrói e se reconstrói a cada instante, a partir de diversos atravessamentos, linhas e forças e, que, conseqüentemente, constrói e reconstrói os espaços onde está envolvido (Freire, 1980). Compreendendo o sujeito como formado no meio social em que se encontra inserido ao mesmo tempo em que é influenciado por ele a ação de transformar-se, necessariamente, implica na re-definição do "mundo" e na re-significação de si mesmo.

Na medida em que hooks e Anzaldúa vão trilhando o caminho de construção da mulher como "o outro" da escrita e "o outro" da ciência, uma percepção da condição de opressão vai se desenhando. Dessa forma, a possibilidade da utilização da escrita como uma ferramenta no enfrentamento das desigualdades faz com que a escrita seja entendida como um *lócus* de produção de demandas por equivalência social (PRADO, 2002). Isso significa que a escrita destas autoras não é compreendida como um discurso queixoso, mas como uma resultante da consciência subalterna.

## TORNAR-SE SUJEITO: A REINVIDICAÇÃO DA ESCRITA COMO DIREITO A FALA

O retrato negativo do campo científico (BOURDIEU, 1983) traçado na investigação de hooks e Anzaldúa parecem, em alguns momentos, principalmente na produção de hooks, alocar as mulheres como prisioneiras do silêncio, condenadas à solidão perpétua. Mas, entre elas e as palavras existe a politização da própria experiência. Decorrente dessa situação, a autonomia e luta por reconhecimento está no sentimento de obrigação de não se calar, pela nossa obrigação em não compactuar com uma ciência injusta. A ciência, para estas autoras, é um constante *front de batalha* e a munição é a produção de uma ciência contra-hegemônica. Produção esta que se mantém em constante construção, nunca se dá por acabada, não é um ato dogmático, é ao mesmo tempo um local de fala e de silenciamento, é um campo de disputas políticas.

Para superarem essas barreiras, as negras que conseguem continuar dedicadas individualmente a uma vocação intelectual, sentindo-se igualmente ligadas à comunidade, tem de mapear essa jornada, nomeando o processo. (HOOKS, 1995, p.471)

Não podemos deixar que nos rotulem. Devemos priorizar nossa própria escrita e a das mulheres do terceiro mundo (ANZALDÚA, 2000, p.231).

As autoras politizam duas categorias bastante indesejadas na ciência hegemônica: a raça sodada ao gênero, realizando uma dupla desterritorialização. Segundo Sodré (1999), as mulheres negras precisam escapar tanto do espaço predeterminado para os negros quanto do que   predeterminado para as mulheres, sendo uma prática de resistência árdua e constante. Nestes termos, Anzaldúa e hooks contrariam duplamente as expectativas de resignação e submissão   subalternidade, fazendo-o por meio da escrita, da interpelação do sujeito do conhecimento e do como produzir conhecimento (OLIVEIRA, 2006).

A escrita  , para estas autoras, a luta pelo direito à fala pública (SPIVAK, 2010). O *lócus* de enunciação da injusta social e científica a que as mulheres, principalmente, as mulheres de cor

foram, historicamente, submetidas e transformadas em sujeitos implícitos e silenciados. Gostaria de me deter agora sobre a escrita e a intelectualidade como a formas de busca pelo reino da palavra.

Como muitas negras se veriam como intelectuais? Como ganhamos a vida? Estamos todas no mundo acadêmico? Onde estão nossos ensaios sobre produção intelectual etc. (HOOKS, 195, p.467)

As perguntas de hooks elucidam a importância da reflexão sobre os porquês da escolha pela "vida da mente". As duas autoras identificam no campo das letras um dos espaços onde vivenciam a sensação de que vivem em uma sociedade excludente e injusta. Por isso, a interpelação, através da escrita, para as possibilidades de fala delas e de tantas outras mulheres. A escrita científica é uma ferramenta política de estruturação de discursos, formas de ação, resistências e enfrentamentos às dinâmicas do racismo, sexismo, homofobia, clásssimo.

Por que sou levada a escrever? Porque a escrita me salva da complacência que me amedronta. Porque não tenho escolha. Porque devo manter vivo o espírito de minha revolta e a mim mesma também. Porque o mundo que crio na escrita compensa o que o mundo real não me dá. No escrever coloco ordem no mundo, coloco nele uma alça para poder segurá-lo. Escrevo porque a vida não aplaca meus apetites e minha fome. Escrevo para registrar o que os outros apagam quando falo, para reescrever as histórias mal escritas sobre mim, sobre você. Para me tornar mais íntima comigo mesma e consigo. Para me descobrir, preservar-me, construir-me, alcançar autonomia. Para desfazer os mitos de que sou uma profetisa louca ou uma pobre alma sofredora. Para me convencer de que tenho valor e que o que tenho para dizer não é um monte de merda. Para mostrar que eu posso e que eu escreverei, sem me importar com as advertências contrárias. Escreverei sobre o não dito, sem me importar com o suspiro de ultraje do censor e da audiência. Finalmente, escrevo porque tenho medo de escrever, mas tenho um medo maior de não escrever. (ANZALDÚA, 2000, p.232)

No meu caso, voltei-me para o trabalho intelectual na busca desesperada de uma posição opcional que me ajudasse a sobreviver a uma infância dolorosa. Criada numa comunidade segregada, sulista, pobre e operária, onde a educação era valorizada sobretudo como um meio de mobilidade de classe a "vida intelectual" sempre esteve ligada à carreira do ensino. (HOOKS, 1994, p.465)

Inspirada pela definição de violência epistemológica de Spivak (2010), ou seja, a retirada da possibilidade de alguns sujeitos lançarem a interpretação da história da sociedade a partir de suas culturas. A escrita e a intelectualidade parecem ser uma saída, uma "resposta" à violência epistemológica. Assim sendo, por meio da escrita é possível desenvolver uma prática rigorosa de desconstrução histórica (NEVES, 2010).

Desse modo, na procura de meios pelos quais o subalterno fale, Spivak (2010) afirma a ressignificação da história e a denuncia os mecanismos médicos, jurídicos, científicos que permeiam a história e são responsáveis pela criação de alguns, entre eles, as mulheres negras, como não falantes. Estes foram os esforços que Anzaldúa e hooks fizeram em seus escritos. Buscaram, através da palavra escrita, recontar a história dos grupos a que pertencem e desvelar como as mulheres de cor foram silenciadas e entendidas como um sujeito assujeitado.

A escrita/intelectualidade para estas autoras resulta na passagem da posição ingênua à posição crítica (FREIRE, 1974). Ela possibilita a compreensão do sujeito como um ser formado no meio social em que se encontra inserido e, em contrapartida, influencia as caracterizações desse

meio. Em outras palavras, representa a busca por transformação, sendo que esta ação implica na re-definição do mundo e numa re-significação de si mesmo (FREIRE, 1980).

O ato de escrever é um ato de criar alma, é alquimia. É a busca de um eu, do centro do eu, o qual nós mulheres de cor somos levadas a pensar como 'outro' — o escuro, o feminino. Não começamos a escrever para reconciliar este outro dentro de nós? (ANZALDÚA, 2000, p.332)

Sobre a intelectualidade, hooks (1995)

Valorizava-o não por ter-me trazia status ou reconhecimento, mas porque oferecia recursos para intensificar a sobrevivência e meu prazer de viver. (HOOKS, 1995, p.468)

A escrita, para estas autoras, é uma prática emancipatória, é através das letras que elas negociam, resistem às regulações corporais e às normativas de gênero, raça e sexualidade. Elas re-articulam a maneira de se reconhecerem e de construir um nós. A escrita se apresenta como um instrumento de resistência. As autoras mostram que o uso que se faz da escrita revela seu fim.

A escrita é uma ferramenta para penetrar naquele mistério, mas também nos protege, nos dá um distanciamento, nos ajuda a sobreviver. E aquelas que não sobrevivem? Os restos de nós mesmas: tanta carne jogada aos pés da loucura ou da fé ou do Estado. (ANZALDÚA, 2000, p.232)

Hooks e Anzaldúa tomam a escrita como objeto de análise, entendendo-a como uma prática fundamental para a possibilidade de se tornar sujeito. A escrita foi uma das formas de construção de uma consciência subalterna. Anzaldúa e hooks escrevem a partir da análise da inter-relação entre processos de dominação, formas de subjetivação e contra hegemonia.

A escrita é compreendida não como um objeto, mas como parte do processo de hierarquização violenta e naturalizada utilizado para silenciar mulheres.

Por que deveria tentar justificar por que escrevo? Preciso justificar o ser chicana, ser mulher? Você poderia também me pedir para tentar justificar por que estou viva? (ANZALDÚA, 2000, p.232)

Vale lembrar que quando falo em subalternidade, estou dizendo de processos carregados de dinamismo, os subalternos não estão definidos, a priori, a partir de uma essência, mas como sujeitos imersos em jogos de poder, dominação e emancipação.

Para superarem essas barreiras, as negras que conseguem continuar dedicadas individualmente a uma vocação intelectual, sentindo-se igualmente ligadas à comunidade, tem de mapear essa jornadas, nomeando o processo. (HOOKS, 1995, p.471)

Ao pontuarem porque escrevem, colocam em interseção subjetividade, percepção de si e do meio, o que parece ser uma proposta epistemológica. O eu, o nós e o eles são delimitados na escrita. A escrita como uma possibilidade de reinterpretar a própria história, construir novos significados. Por tudo isso é tão caro à Anzaldúa escrever sobre os motivos de a escrita ser restrita a alguns.

Hooks e Anzaldúa traçam caminhos que em muitos momentos se encontram e em outros se distanciam, mas as duas autoras enxergam a escrita como um mecanismo de transformação de si e do mundo, seja a partir da intelectualidade, seja a partir da escrita, o que está em voga é a produção de reconhecimento e a mudança do *lócus* enunciativo das mulheres negras. É importante explicitar que esse reconhecimento não é um ponto de chegada estável, um horizonte fixo que se alcança após seguir passos predefinidos. A igualdade e o reconhecimento da diferença são horizontes que vão se constituindo e se reconstituindo a partir da inserção das mulheres na ciência, das posições que estabelecem, do nós que se consegue constituir.

O que está em jogo na procura pela intelectualidade na proposta de hooks e pela escrita na proposta de Anzaldúa é, na afirmativa de Spivak (2010), quem pode construir verdades e como estas verdades são produzidas. Neste sentido, a discussão sobre a produção científica transporta o debate sobre a ciência para a capacidade do sujeito subalterno produtor do conhecimento representar-se (FIGUEIREDO, 2009).

Escrever é perigoso porque temos medo do que a escrita revela: os medos, as raivas, a força de uma mulher sob uma opressão tripla ou quádrupla. Porém neste ato reside nossa sobrevivência, porque uma mulher que escreve tem poder. E uma mulher com poder é temida. (ANZALDÚA, 2000, p.234)

A reivindicação ao reino da palavra, seja ele, como aponta Anzaldúa, a partir da escrita ou como aponta hooks, a partir da intelectualidade, é uma estratégia para a passagem de uma relação de subordinação para uma relação de opressão (MOUFFE; LACLAU, 1985). Sendo assim, essa reivindicação tem um caráter eminentemente político, já que questiona o estabelecimento das desigualdades e interroga sobre seus pressupostos. Dito de outro modo, a escrita e a intelectualidade são a ruptura com o *lócus subalterno* e o estabelecimento do *lócus enunciativo*.

Faz total sentido para mim minha resistência ao ato de escrever, ao compromisso da escrita. Escrever é confrontar nossos próprios demônios, olhá-los de frente e viver para falar sobre eles. O medo age como um ímã, ele atrai os demônios para fora dos armários e para dentro da tinta de nossas canetas (ANZALDÚA, 2000, p234).

A luta pelo direito à escrita travada por Anzaldúa é o que Spivak (2010) e o grupo de teóricos dos estudos subalternos vão nomear como ausente no subalterno. Dito de outro modo, Anzaldúa reivindica a existência, a autorrepresentação, a fala roubada pelos processos de subalternização (FIGUEIREDO, 2009). "Escrever é o ato mais atrevido que eu já ousei e o mais perigoso" (ANZALDÚA, 2000, p.234).

Se no tempo presente pensarmos que quem não se torna sujeito sujeita-se, só o fazemos porque interpelamos as relações sociais, identificamos desigualdades estabelecidas e mantidas nestas relações e, principalmente, por que vislumbramos a enunciação do subalterno. Esta enunciação se dá a partir de alguns deslocamentos, entre eles, a passagem do subalterno do lugar de "outro" na produção científica para o de sujeito de pesquisa, pesquisador. Dito de outra maneira, aqueles que em um momento anterior eram reconhecidos como objetos abjetos dos distintos saberes, no presente, reclamam o direito à produção de um saber local, um saber sobre si.

Vale lembrar que a subalternidade é abordada como uma posição relacional, uma resultante de relações de poder que regem uma sociedade injusta, mas cambiante e mutável.

Se para a superação da condição de subalternidade exige-se a identificação do potencial contra-hegemônico (SIMIONATTO, 2010) da esfera pública, a escrita e a intelectualidade são este potencial, segundo hooks e Anzaldúa. As autoras se revelam, significam e reconstroem a partir da escrita e, para fazê-lo, pensam a sociedade e a ciência/o campo da escrita. Dessa maneira, minha compreensão do falar é justamente a interpelação pública a qual as autoras fazem no exercício da escrita.

É a partir desta constatação que me pergunto se minha escrita tem contribuído para a superação da condição subalterna? Sim, na medida em que desvela a naturalização de lugares sociais que foram atribuídos às mulheres na ciência e investiga as saídas encontradas no pensamento feminista, que, em grande medida, se expressa na produção de Anzaldúa e hooks.

Nestas idas e vindas do texto, uma máxima sempre esteve presente a noção de experiência. E a partir das noções de bell e Gloria me faço uma pergunta: a obra das autoras permite pensar agenciamentos e possibilidades de mudança social ou para afirmar a subordinação? A minha resposta a esta pergunta é que este é um estudo sobre a agência possível das mulheres na ciência. As autoras Anzaldúa e hooks são mulheres que pensam sobre a própria subalternidade e me instigam a pensar sobre a minha. Indo mais além, elas propõem uma escrita contra-hegemônica que produz efeitos sobre a hegemonia, efeito de transformação.

A pergunta de Spivak "pode o subalterno falar?", manteve-se durante todo o processo de escrita, em todos os capítulos de minhas análises. Busquei uma resposta e a propus no diálogo com Anzaldúa e hooks, elas, que falam ao mesmo tempo em que são silenciadas. Mas a pergunta se mantém em minha mente, "posso eu falar?". Estar com esta questão em mente, me deixa atenta aos processos de subalternização, mantendo-me em constante movimento de resistência.

Esta é a mensagem que mais quero compartilhar com as jovens negras temerosas de que o trabalho intelectual nos aliene do mundo 'real'. De fato, quando exercemos um trabalho intelectual insurgente que fala a um público diverso, a massas de pessoas de diferentes classe, raça ou formação educacional, nos tornamos parte de comunidades de resistência, coalizões que não são convencionais. O trabalho intelectual quando não relacionamos ou dividimos nossas preocupações por miríades de interesses. (HOOKS, 1995, p. 476)

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

As cientistas negras feministas, historicamente, têm caminhado ao lado de uma ciência que denuncia as desigualdades sociais, que se revê e se interpela constantemente, se recusando a ouvir somente a língua do "colonizador", do outro. Para esse caminhar junto cada uma o fazem a sua maneira.

Hooks interpela a universalidade do sujeito do conhecimento ao apresentar os efeitos de poder que a construção social da mulher negra tem na vivência da intelectualidade destas. Além da apresentação das vivências de preconceito e discriminação no espaço acadêmico. Nos meandros do texto o que fica evidente é que o sujeito universal é na verdade branco e homem.

Enquanto Anzaldúa questiona, de forma implícita a neutralidade do conhecimento científico. Para ela é necessário uma produção que não esconda seu sujeito e que se faça a partir da experiência social. Ambas vão dizer da importância da experiência para a produção de um conhecimento socialmente engajado e relevante.

As análises apontaram que as teóricas estudadas buscam novas estratégias epistemológicas, estabelecem um diálogo crítico com distintas correntes do pensamento, a fim de explicitar as redes de poder que invisibilizam a aparente objetividade do conhecimento científico.

Dessa forma, este outro desenho demonstra que os subalternos só conseguem fazer suas falas ecoarem quando falam a partir da língua do outro. As mulheres, que até agora haviam sido produzidas como objetos do saber, reclamam a produção de um saber local, um saber sobre si mesmas, um saber que questione o saber hegemônico. Assim, elas transitam entre o silêncio e a fala, entre a ausência de uma produção audível e a denúncia de uma história invisível numa ciência imperialista.

## REFERÊNCIAS

- ANZALDÚA, Gloria E. Falando em línguas: uma carta para as mulheres escritoras do Terceiro Mundo. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, 8(1), 229-236, 2000.
- BHABHA, Homi K. *O local da cultura*. (trads. Myriam Ávila & Eliana Lourenço de Lima Reis, Gláucia Renate Gonçalves). Belo Horizonte: Editora. UFMG, (Coleção Humanitas), 2005.
- BOURDIEU, Pierre. O campo científico (pp. 122-155). In: Ortiz, Renato (Org.). *Bourdieu – Sociologia*. São Paulo: Ática (Coleção Grandes Cientistas Sociais), 1983.
- BOURDIEU, Pierre. *A dominação Masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.
- BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. (trad. Renato Aguiar). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- CLÍMACO, Danilo de Assis. *Tráfico de mulheres, negócios de homens, leituras feministas e anti-coloniais sobre os homens, as masculinidades e o masculino*. Dissertação de Mestrado. Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, 2009.
- COLLINS Patricia Hill. *Black feminist thought: Knowledge, consciousness, and the politics of empowerment*. New York: Routledge, 1991.
- FIGUEIREDO, Carlos Vinícius da Silva. *O direito ao grito: a hora do intelectual subalterno em Clarice Lispector*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Três Lagoas, MS, 2009.
- FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade I: vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal, 1997.
- FOUCAULT, Michael. "Os corpos doces"- *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. (trad. Raquel Ramalheite). Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.
- FREIRE, Paulo. *Conscientização: teoria e prática da libertação – uma introdução ao pensamento de Paulo Freire*. São Paulo: Centauro, 1980.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. São Paulo: Paz e Terra, 1974.
- HARDING, Sandra. Is there a feminist method? (pp.1-14). In: Harding, Sandra (org.). *Feminism and methodology*. Bloomington: Indiana University Press, 1987.
- HONNETH, Axel. *Luta por Reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais*. (Trad. de Luis Repa). São Paulo: Editora 34, 2003.

- HOOKS, bell. Intelectuais negras. *Revista Estudos Feministas*, 3 (2), 464-478, 1995.
- LAQUEUR, Thomas. *Inventando o sexo: corpo e gênero dos gregos a Freud*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.
- LACLAU, Ernesto; MOUFFE, Chantal. *Hegemony and Socialist Strategy: Towards a radical democratic politics*. London: Verso, 1985.
- NEVES, Rita Ciotta. A perspectiva pós-colonial de Antoni Gramsci: os subalternos. *Babilônia*, (8/9), 59-64, 2010.
- NICHOLSON, Linda. Interpretando o gênero. *Revista Estudos Feministas*, 8(2), 9-41, 2001.
- OLIVEIRA, Vanilda Maria de. *Um olhar interseccional sobre feminismos, negritudes e lesbianidades em Goiás*. Dissertação de mestrado, Programa de Pós-graduação em Sociologia, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, GO, 2006.
- PRADO, Marco Aurélio Máximo. Da Mobilidade social à constituição da identidade política: reflexões em torno dos aspectos psicossociais das ações coletivas. *Psicologia em Revista*, Belo Horizonte, 8 (11), 59-71, 2002.
- QUIJANO, Aníbal. Colonialidade, poder, globalização e democracia. *Novos Rumos*, 17 (37), 2002. Recuperado em 12 de junho de 2013, de [http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/diaadia/diadia/arquivos/File/conteudo/veiculos\\_de\\_comunicacao/NOR/NOR0237/NOR0237\\_02.PDF](http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/diaadia/diadia/arquivos/File/conteudo/veiculos_de_comunicacao/NOR/NOR0237/NOR0237_02.PDF)
- REIS, Jandira Gualberto dos. *Relações de gênero no cotidiano escolar: visões e concepções do corpo discente*. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, ES, 2003.
- ROHDEN, Fabíola. O império dos hormônios e a construção da diferença entre os sexos. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, 15 (supl.), 133-152, 2008.
- SILVA, Tomaz Tadeu da. A produção social da identidade e da diferença (pp. 73-102). In: Silva, Tomaz Tadeu da (Org.). *Identidade e Diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais*. Petrópolis: Editora Vozes, 2000.
- SILVA, Fabiane Ferreira da. *Mulheres na ciência: Vozes, tempos, lugares e trajetórias*. Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências: Química da Vida e Saúde, Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande, RS, 2012.
- SIMIONATTO, Ivete. Política, cultura e hegemonia: as classes subalternas em questão (pp. 35-45). In: Seminário Internacional Gramsci e os Movimentos Populares, Niterói, 2010. Recuperado em 18 de dezembro de 2013, de [http://www.nufipeuff.org/seminario\\_gramsci\\_e\\_os\\_movimentos\\_populares/trabalhos/Ivete\\_Simionatto.pdf](http://www.nufipeuff.org/seminario_gramsci_e_os_movimentos_populares/trabalhos/Ivete_Simionatto.pdf)
- SODRÉ, Muniz. *Claros e escuros*. Petrópolis: Vozes, 1999.
- SPIVAK, Gayatri Chakravorty. (trads. Sandra R. Goulart Almeida; Marcos Feitosa & André Feitosa). *Pode o subalterno falar?* Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

TAYANE ROGÉRIA LINO

<https://orcid.org/0000-0001-7671-0058>

Psicóloga, Doutora e Mestre em Psicologia pela Universidade Federal de Minas Gerais,

E-mail: [tayanelino@gmail.com](mailto:tayanelino@gmail.com)